

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

Secretaria de Turismo e Eventos de Itajaí

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Contratação de empresa para execução de obra de engenharia comum destinada à finalização da construção do Quiosque do Morro da Cruz, equipamento público localizado no Morro da Cruz, ponto turístico situado no Bairro Fazenda, na Rua Antônio Menezes Vasconcelos Drumond, nº 1155, em Itajaí/SC.

NOVEMBRO DE 2025

OBJETIVO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a viabilidade técnica, operacional, socioeconômica e administrativa para a contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia comum destinada à finalização da construção do Quiosque do Morro da Cruz, equipamento público localizado no Morro da Cruz, ponto turístico situado no Bairro Fazenda, na Rua Antônio Menezes Vasconcelos Drumond, nº 1155, em Itajaí/SC.

Área requisitante da contratação: Secretaria de Turismo e Eventos de Itajaí

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	E-MAIL
Alexandre Prazeres	Engenheiro	1187701	alexandre.p@itajai.sc.gov.br
Wilson de Almeida Paulo	Assessor II	1823402	wilson@itajai.sc.gov.br
Rodrigo Luiz Flâmia	Consultor Técnico Administrativo	1197601	flâmia@itajai.sc.gov.br

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

2.1. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO OU DA NECESSIDADE APRESENTADA (ART. 18, § 1º, I, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021).

O Morro da Cruz é um dos mais reconhecidos pontos turísticos e de contemplação de Itajaí, oferecendo vista privilegiada da cidade e do entorno natural. O local recebeu obras de infraestrutura parcial, incluindo a execução da fase inicial do Quiosque, porém o equipamento permanece inacabado, impossibilitando seu uso e funcionamento.

As etapas remanescentes envolvem:

- revestimentos internos e externos
- instalações elétricas e hidrossanitárias
- pintura, esquadrias e acabamentos
- pavimentação externa e piso podotátil
- iluminação
- mobiliário urbano
- instalações preventivas contra incêndio
- limpeza final e preparação para operação

A ausência desses elementos impede a entrega do espaço ao público, além de gerar risco de deterioração da estrutura existente e de perda do investimento já realizado.

Portanto, há necessidade imediata de finalização da construção do Quiosque para garantir o uso adequado, seguro e acessível do equipamento turístico.

2.2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (ART. 18, § 1º, II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021).

O presente processo não está previsto no Plano de Contratação Anual, por ser uma obra decorrente da rescisão contratual com a empresa vencedora do Processo Licitatório – Tomada de Preço 021/2022, Contrato 231/2022, constante do Processo Eletrônico SIPE 142475/2022-e.

2.3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DO POTENCIAL CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, III, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021).

Para atender à demanda de finalização da construção do Quiosque do Morro da Cruz, é indispensável que a execução seja realizada por empresa contratada por meio de licitação pública, com comprovada experiência na execução de obras de engenharia comum, abrangendo tanto a construção civil quanto os serviços complementares de urbanização e instalações prediais.

A empresa contratada será responsável pelo fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, devendo garantir que todos atendam rigorosamente às especificações técnicas estabelecidas no projeto executivo, no memorial descritivo e na planilha orçamentária. Todos os materiais e serviços deverão estar em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), assegurando durabilidade, segurança, desempenho e qualidade construtiva.

A execução dos serviços deverá observar critérios de sustentabilidade, priorizando práticas que reduzam os impactos ambientais, incluindo manejo adequado de resíduos da construção civil, destinação correta de entulhos, uso de materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental sempre que possível, e adoção de soluções de drenagem eficiente e sustentável nas áreas externas.

Além disso, a obra deve contemplar integralmente os requisitos de acessibilidade universal, iluminação adequada, segurança, ergonomia e integração urbanística, garantindo que o Quiosque se torne um espaço moderno, inclusivo, funcional e compatível com o valor turístico e paisagístico do Morro da Cruz. As áreas internas (lanchonete, sanitários e loja) e externas (pavimentação, piso podotátil, mobiliário urbano e iluminação) devem ser executadas de forma a garantir conforto, acessibilidade, segurança e usabilidade plena para visitantes e para a comunidade local.

2.4. CARACTERIZAÇÃO DA OBRA DE ENGENHARIA COMUM.

Obra pública é considerada toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem público. Ela pode ser realizada de forma direta, quando a obra é feita pelo próprio órgão ou entidade da Administração, por seus próprios meios, ou de forma indireta, quando a obra é contratada com terceiros por meio de licitação, como é o presente caso.

Em linhas gerais, e com base em critérios exclusivamente técnicos, entende-se que a obra para construção do Quiosque do Morro da Cruz caracteriza-se como obra comum de engenharia, pois o método e a técnica executiva/construtiva, os materiais e as ferramentas empregados podem ser

padronizados em termos de desempenho e qualidade, sendo amplamente disponíveis no mercado para empresas com ramo de atividade compatível.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 6º, incisos XII e XXI, estabelece as seguintes definições:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

[...]

XXI – serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea a deste inciso;

De acordo com a definição apresentada pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP), "obra comum de engenharia é aquela na qual (i) a mão de obra, os equipamentos e os materiais utilizados são padronizáveis e (ii) amplamente disponíveis no mercado, (iii) os métodos construtivos têm responsabilidade técnica assumida por arquiteto, engenheiro ou técnico com registro no conselho profissional (que atenda aos requisitos previstos no edital), bem como (iv) os objetos contratados são de conhecimento geral e possuem muitas características técnicas de fácil descrição e compreensão, inclusive por parte do executor da obra, o operário da construção civil".

As obras comuns de engenharia são, portanto, "aquelas obras (i) corriqueiras, (ii) de baixa complexidade técnica, (iii) e de menor risco de engenharia, (iv) quase sempre de pequeno e médio portes, para as quais (v) não exista qualquer dificuldade para se estabelecer as especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de qualidade desejados pela Administração. São aquelas cujos materiais, equipamentos e métodos construtivos sejam (vi) usuais e para as quais (vii) exista grande número de fornecedores e de executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional (que é aquele mercado que costuma suprir a demanda no caso de obras de pequeno e médio portes)", razão pela qual foram consideradas, na Lei nº 14.133/2021, em conjunto com os serviços comuns de engenharia.

Com base no conceito apresentado pela Lei nº 14.133/2021 e nas definições do IBRAOP, uma obra comum de engenharia é aquela na qual a mão de obra, os materiais e os métodos construtivos são padronizáveis e amplamente disponíveis no mercado, com responsabilidade técnica assumida por profissional habilitado e com características técnicas de fácil descrição, especificação e execução.

Para esse tipo de obra, acrescenta-se ainda a possibilidade de aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados por meio de ensaios tecnológicos, bem como a viabilidade de especificação do objeto apenas em termo de referência ou projeto executivo, conforme previsto na legislação.

Diante do exposto, e considerando os elementos de engenharia, as técnicas, materiais e mão de obra a serem empregados na finalização da construção do Quiosque do Morro da Cruz, conclui-se que a presente contratação se enquadra como obra de engenharia comum, uma vez que emprega métodos construtivos usuais e amplamente disponíveis no mercado, sem exigir soluções inovadoras ou complexas.

2.5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DE MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE (CONSIDERAR INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA) (ART. 18, § 1º, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

As estimativas de quantitativos necessárias à conclusão da obra foram definidas a partir do projeto executivo e do memorial descritivo elaborados para o Quiosque do Morro da Cruz, considerando as necessidades técnicas, funcionais e operacionais do equipamento público, bem como sua compatibilidade com o contexto turístico e paisagístico do local.

A área total da intervenção é de 191,20 m², abrangendo:

- Ambiente interno composto por lanchonete, sanitários e loja de presentes;
- Área externa destinada à circulação e convivência, incluindo pavimentação em concreto, piso podotátil, mobiliário urbano e iluminação;
- Sistemas prediais, como instalações hidrossanitárias, elétricas e preventivas contra incêndio;
- Elementos complementares relativos a acabamentos, pintura, esquadrias, asseio e limpeza final.

Os quantitativos foram obtidos com base na planilha orçamentária e projeto executivo, elaborados a partir de levantamentos precisos das áreas, volumes, comprimentos, peças e materiais necessários à conclusão integral da obra. Tais planilhas asseguram aderência entre os serviços especificados e o orçamento estimado, proporcionando transparência, rastreabilidade e fundamentação técnica.

Os seguintes documentos constituem o suporte técnico da presente estimativa:

- Projeto executivo do Quiosque do Morro da Cruz;
- Planilha orçamentária;
- Memorial descritivo;

Não foram identificadas interdependências com outras contratações previstas no Planejamento Anual de Contratações (PAC) que possam influenciar os quantitativos apresentados. Ressalta-se, porém, que a concentração das etapas remanescentes em uma única contratação proporciona economia de escala, racionaliza a gestão dos recursos públicos e garante a coerência técnica e funcional do conjunto construtivo, evitando fragmentações que poderiam comprometer a qualidade ou gerar retrabalhos.

A obra enquadra-se como obra de engenharia comum, por empregar soluções técnicas padronizadas, materiais usuais no mercado e métodos construtivos amplamente difundidos, sem demanda por processos especiais ou tecnologias de alta complexidade.

3. PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

3.1. LEVANTAMENTO MERCADOLÓGICO (QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR) (ART. 18, § 1º, V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021).

O levantamento mercadológico tem por objetivo identificar e analisar as alternativas viáveis para a execução dos serviços necessários à finalização da construção do Quiosque do Morro da Cruz, localizado na Rua Antônio Menezes Vasconcelos Drumond, Bairro Fazenda, em Itajaí-SC. A análise considera aspectos técnicos, operacionais, econômicos e administrativos capazes de influenciar a eficiência da contratação. A seguir, apresentam-se as alternativas avaliadas:

a) Execução Direta pela Prefeitura de Itajaí:

Nesta alternativa, a Administração assumiria diretamente a execução da obra, utilizando equipes e equipamentos próprios, além de realizar a aquisição direta de materiais e insumos. Embora ofereça maior controle sobre a execução, essa opção enfrenta obstáculos consideráveis, sobretudo pela limitação de recursos humanos, materiais e logísticos disponíveis.

Vantagens:

- Maior controle direto sobre o andamento da obra;
- Possibilidade de ajustes imediatos durante a execução.

Desvantagens:

- Insuficiência de equipe técnica e mão de obra especializada para serviços de engenharia;
- Escassez de equipamentos adequados;
- Elevado risco de atrasos no cronograma;
- Custos indiretos elevados com mobilização e gestão;
- Sobrecarga administrativa significativa.

Conclusão:

A execução direta não é viável, dada a limitação estrutural e operacional da Administração para entregar a obra no prazo e com a qualidade exigida.

b) Contratação de empresa de engenharia para execução integral do projeto:

Nesta alternativa, a Prefeitura realiza licitação para selecionar empresa especializada, responsável pelo fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e pela execução de todas as etapas previstas em projeto.

Vantagens:

- Expertise técnica da empresa contratada, garantindo qualidade e eficiência;

- Redução da carga administrativa da Prefeitura, que se concentrará na fiscalização;
- Maior segurança quanto à observância do cronograma;
- Controle orçamentário;
- Transferência de riscos operacionais ao contratado.

Desvantagens:

- Menor controle direto da Administração sobre as atividades diárias;
- Dependência da empresa contratada para resolução de imprevistos.

Conclusão:

Trata-se da alternativa mais viável e vantajosa, pois garante eficiência, qualidade e menor risco, especialmente em obra de natureza comum e com serviços complementares integrados.

c) Locação de equipamentos e contratação de mão de obra temporária:

Consiste na locação de máquinas e equipamentos necessários pela Prefeitura, associada à contratação de equipes temporárias para executar as etapas da obra.

Vantagens:

- Possibilidade de aparente redução de custos;
- Flexibilidade na gestão da mão de obra.

Desvantagens:

- Elevado risco de atrasos por falta de coordenação técnica;
- Custos ocultos relacionados à gestão de pessoal, logística e manutenção;
- Falta de especialização técnica da mão de obra temporária;
- Maior complexidade administrativa e operacional.

Conclusão:

Apesar de parecer mais econômica inicialmente, essa alternativa não é recomendada, pois aumenta riscos de execução, retrabalhos e custos a longo prazo.

d) Contratação de serviços de gestão e execução terceirizados (modelo de gestão integrada):

Esse modelo envolveria dois contratos distintos: uma empresa para executar a obra e outra para gerenciar o processo. Embora garanta rigor no controle, implica maiores custos e complexidade administrativa.

Vantagens:

- Acompanhamento técnico permanente por empresa especializada;
- Mitigação de riscos de erros de execução;
- Maior segurança quanto ao cumprimento de prazos.

Desvantagens:

- Custos adicionais significativos com a contratação da empresa de gestão;
- Maior complexidade processual devido à existência de dois contratos;
- Interdependência entre empresas, o que pode gerar conflitos operacionais.

Conclusão:

Considerando o porte e a complexidade da obra, esta alternativa não é economicamente vantajosa, representando excesso de custo e burocracia.

3.2. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, VI, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021).

O valor total estimado é de R\$ 363.401,22 (trezentos e sessenta e três mil, quatrocentos e um reais e vinte e dois centavos). Valor apurado com base na planilha orçamentária.

4. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

4.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA (ART. 18, § 1º, VII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021).

Após a análise das alternativas apresentadas no levantamento mercadológico, concluiu-se que a solução mais vantajosa para a Administração Pública é a contratação integral de empresa especializada para execução de obra de engenharia comum, abrangendo todas as etapas necessárias à finalização da construção do Quiosque do Morro da Cruz.

A escolha por essa solução se justifica pelos seguintes fatores:

- Maior controle orçamentário, uma vez que o preço global possibilita planejamento preciso, reduz riscos de aditivos e garante previsibilidade dos custos;
- Eficiência na gestão da execução, pois a empresa contratada será responsável por todas as etapas, desde a mobilização, aquisição de materiais e mão de obra até a entrega final do quiosque totalmente concluído;
- Qualidade técnica assegurada, já que a contratação de empresa especializada garante o atendimento às normas da ABNT, às especificações do projeto executivo e às exigências de segurança, acessibilidade e desempenho;
- Redução dos riscos operacionais, permitindo que a Prefeitura concentre seus esforços na fiscalização técnica e administrativa, minimizando a necessidade de intervenções diretas e evitando fragmentação de responsabilidades;
- Maior garantia de compatibilidade entre etapas, visto que a obra envolve serviços interdependentes (acabamentos, instalações, pavimentação, paisagismo, iluminação e mobiliário urbano).

A obra terá prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias após emissão da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro. O contrato contemplará o fornecimento integral de materiais, equipamentos e mão de obra, além da execução de todos os serviços previstos no projeto executivo e memorial descritivo.

A contratação será realizada por Concorrência, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, e o julgamento das propostas seguirá o critério de menor preço global, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

4.2. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, VIII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021).

A contratação será realizada de forma integral, sem parcelamento. Trata-se de objeto indivisível, composto por serviços de engenharia interdependentes — como instalações elétricas e hidrossanitárias, acabamentos, pavimentação, pintura, iluminação, acessibilidade e mobiliário urbano — cuja execução demanda coordenação técnica única.

4.3. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 18, § 1º, XI, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021).

Não há contratações correlatas que interfiram diretamente no projeto.

4.4. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART. 18, § 1º, IX, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021).

A execução das obras de finalização do Quiosque do Morro da Cruz visa gerar benefícios de ordem econômica, social, turística, ambiental e administrativa, contribuindo para a qualificação do espaço público e para o fortalecimento do turismo local. Os principais resultados esperados são:

a) Benefícios econômicos:

- Previsibilidade orçamentária, com preços definidos em contrato, reduzindo riscos de aditivos e de custos adicionais decorrentes de atrasos ou retrabalhos.
- Racionalização financeira por meio da contratação global, que integra acabamentos, instalações, pavimentação, iluminação e mobiliário urbano, evitando fragmentação contratual.
- Estímulo ao turismo no Morro da Cruz, com potencial de ampliar o fluxo de visitantes e, conseqüentemente, gerar movimentação econômica para o comércio local.

b) Benefícios sociais:

- Entrega de um equipamento público seguro, acessível e funcional, ampliando o acesso da população a um espaço qualificado de lazer, convivência e contemplação.
- Reforço da identidade cultural e turística de Itajaí, valorizando um dos principais pontos panorâmicos do município.
- Promoção de bem-estar, ao disponibilizar um espaço urbano estruturado com banheiros, lanchonete, mobiliário urbano e áreas destinadas à circulação e permanência.

c) Melhor aproveitamento dos recursos públicos:

- Redução da sobrecarga administrativa, permitindo que a equipe da Administração se concentre na fiscalização técnica e administrativa, ao invés de gerenciar múltiplos contratos.
- Padronização de insumos e serviços, consolidada pela execução integral sob responsabilidade de uma única empresa contratada.
- Economia de escala, com otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros e redução de desperdícios, retrabalhos e incompatibilidades técnicas entre etapas.

d) Preservação ambiental:

- Adoção de práticas construtivas sustentáveis, incluindo manejo adequado de resíduos e uso de materiais em conformidade com padrões técnicos e ambientais.
- Integração harmônica com o entorno natural do Morro da Cruz, respeitando sua relevância paisagística e seu papel como área de visitação turística.
- Implantação de soluções de drenagem e infraestrutura compatíveis com o ambiente, reduzindo riscos de erosão, alagamentos e impactos negativos ao solo.

4.5. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (ART. 18, § 1º, X, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021).

Antes da celebração do contrato, a Administração deverá adotar as seguintes providências:

- Realizar o procedimento licitatório conforme a Lei nº 14.133/2021, garantindo observância aos princípios da legalidade, publicidade, eficiência, isonomia, competitividade e julgamento objetivo.
- Confirmar a existência de dotação orçamentária específica para a execução da obra, assegurando sua compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), de forma a garantir a adequada previsão financeira.
- Providenciar as licenças, autorizações e anuências necessárias, inclusive ambientais e urbanísticas, assegurando que a execução da obra esteja plenamente alinhada à legislação vigente e às condicionantes estabelecidas pelos órgãos competentes.
- Consolidar a matriz de riscos, pareceres técnicos e parecer jurídico, definindo as responsabilidades das partes, avaliando riscos técnicos e contratuais e atestando a legalidade e viabilidade da contratação.
- Organizar e disponibilizar o conjunto documental técnico complementar, incluindo projeto executivo, planilha orçamentária, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e demais elementos indispensáveis à execução e fiscalização do contrato.
- Assegurar a transparência administrativa, com a publicação e disponibilização dos documentos e atos do processo em meios oficiais de divulgação, permitindo amplo acesso às informações.

4.6. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (ART. 18, § 1º, XII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

A execução das obras de finalização do Quiosque do Morro da Cruz, por estar inserida em área de relevância paisagística, com fluxo intenso de visitantes e proximidade de vegetação nativa, poderá gerar impactos ambientais que devem ser adequadamente controlados. Os principais impactos identificados e suas respectivas medidas mitigadoras são:

a) Supressão de vegetação e alteração paisagística:

- Restringir a área de intervenção ao estritamente necessário para a implantação dos serviços previstos em projeto;
 - Preservar espécies nativas existentes, evitando cortes desnecessários;
 - Realizar compensação ambiental se exigida pelo órgão licenciador;
- Integrar o paisagismo proposto com a vegetação existente, garantindo harmonia visual e ambiental.

b) Geração de resíduos da construção civil:

- Elaborar e executar um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);
- Garantir a destinação adequada de resíduos para áreas licenciadas;
- Priorizar reutilização e reciclagem de materiais sempre que possível;
- Controlar o armazenamento temporário de resíduos para evitar dispersão.

c) Ruídos e poeira durante a execução da obra:

- Utilizar equipamentos em boas condições de manutenção e com menores níveis de emissão sonora;
- Controlar a poeira por meio de umidificação periódica do solo e materiais soltos
- Restringir a execução de atividades ruidosas a horários adequados, reduzindo incômodo a visitantes e moradores;
- Implementar barreiras físicas provisórias, se necessário, para minimizar a dispersão de poeira.

d) Alteração do solo e drenagem pluvial:

- Implantar sistemas adequados de drenagem, como canaletas, grelhas e caixas de retenção, evitando erosões e assoreamento;
- Reforçar os taludes ou áreas sujeitas a instabilidade, quando aplicável;
- Promover recomposição do solo em áreas não pavimentadas com espécies vegetais adequadas à região.

e) Aumento do fluxo de visitantes e pressão sobre o ambiente natural:

- Instalar lixeiras e sinalização orientativa, incentivando o descarte correto de resíduos;
- Organizar acessos controlados e seguros, evitando pisoteio de áreas sensíveis;
- Implementar comunicação visual educativa com foco em preservação e uso consciente do espaço público;
- Avaliar a necessidade de reforço da manutenção contínua do local após a entrega.

4.7. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART. 18, § 1º, XIII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021).

A contratação de empresa especializada para a finalização da construção do Quiosque do Morro da Cruz revela-se a alternativa mais adequada e vantajosa para o atendimento da necessidade pública apresentada. Por se tratar de obra de engenharia comum, composta por serviços integrados e tecnicamente compatíveis entre si, a execução demanda unidade técnica, coordenação construtiva contínua e responsabilidade centralizada, inviabilizando o parcelamento do objeto.

A solução proposta assegura:

- Eficiência e economicidade, ao concentrar em um único contrato todas as etapas necessárias à conclusão do equipamento público;
- Qualidade técnica, garantida pela seleção de empresa com experiência comprovada em obras de engenharia e acabamentos;
- Segurança e conformidade, com cumprimento das normas técnicas da ABNT e exigências legais aplicáveis;
- Aprimoramento da infraestrutura turística, com impacto direto no fortalecimento do turismo local, na valorização do patrimônio paisagístico e na ampliação das condições de uso público do Morro da Cruz;
- Proteção do investimento público, evitando deterioração das estruturas já implantadas e assegurando a entrega funcional do equipamento.

A finalização do quiosque permitirá disponibilizar à população e aos visitantes um espaço estruturado, acessível, seguro e integrado ao conjunto paisagístico do Morro da Cruz, contribuindo para o lazer, a convivência social e a promoção turística de Itajaí.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação é viável, necessária e plenamente adequada ao interesse público, atendendo aos objetivos da Administração Municipal e aos requisitos legais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, configurando-se como a solução mais vantajosa para a efetiva conclusão da obra.

5. TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

Em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, o Decreto Federal nº 8.538/2015 e a Lei Municipal nº 7.785/2025, procedeu-se à análise da possibilidade de aplicação do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas na presente contratação.

Considerando que o objeto se refere à execução de obra de engenharia comum, de médio porte e valor global estimado em R\$ 363.401,22, conclui-se que não há viabilidade técnica para a adoção de participação exclusiva de ME/EPP. Isso porque o objeto exige a prestação integrada de serviços interdependentes, incluindo instalações elétricas e hidrossanitárias, acabamentos, pavimentação, pintura e implementação de mobiliário urbano, cuja fragmentação comprometeria a unidade técnica da obra e reduziria a economicidade do contrato.

Todavia, conforme previsto no art. 14 da Lei Municipal nº 7.785/2025 e no art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015, poderá ser admitida a subcontratação parcial de ME/EPP, desde que restrita a

parcelas acessórias e não essenciais à unidade técnica do objeto, respeitando os limites e condições a serem definidos no edital, sendo vedada a subcontratação de etapas de maior relevância técnica ou estrutural.

A subcontratação deverá observar integralmente o disposto na legislação mencionada, garantindo a regularidade fiscal das empresas subcontratadas, a compatibilidade das atividades com sua habilitação profissional e a manutenção da responsabilidade técnica da contratada principal.

Diante disso, estabelece-se o seguinte enquadramento:

a) Participação exclusiva de ME/EPP:

(☒) Não

(☐) Sim

Não se aplica a participação exclusiva, em virtude da necessidade de execução integrada da obra.

b) Tratamento favorecido (empate ficto / regularização fiscal):

(☐) Não

(☒) Sim

Aplicável conforme legislação vigente.

c) Margem de preferência para algum item:

(☒) Não

(☐) Sim

Não se identificam itens com margem de preferência específica.

d) Subcontratação de ME/EPP:

(☒) Poderá ser admitida

(☐) Sim

Admitida, até o limite de 20% do valor contratual, vedadas as parcelas de maior relevância técnica.

Justificativa técnica:

A obra requer coordenação única e responsabilidade técnica centralizada, diante da interdependência entre as etapas construtivas — instalações, revestimentos, pavimentação, iluminação e demais acabamentos. O fracionamento comprometeria o desempenho global da obra e elevaria custos administrativos.


Contudo, a Administração poderá admitir a subcontratação parcial de ME/EPP, especialmente para serviços complementares, como:

- paisagismo e urbanização leve;
- drenagem superficial simples;
- serviços elétricos de baixa complexidade;
- instalação de mobiliário urbano;

- limpeza final de obra;
- pequenos serviços auxiliares de acabamento.


Dessa forma, incentiva-se o desenvolvimento econômico local sem comprometer a integridade técnica da contratação.

6. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP


Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE PRAZERES**
Data: 23/12/2025 15:03:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alexandre Prazeres
Engenheiro
Matrícula 1187701

Wilson de Almeida Paulo
Engenheiro - Assessor II
Matrícula 1823402

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO LUIZ FLAMIA**
Data: 07/01/2026 16:24:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Rodrigo Luiz Flâmia
Consultor Técnico Administrativo
Matrícula 1197601

Documento assinado digitalmente
 **RONALDO JANSSEN JUNIOR**
Data: 07/01/2026 17:09:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ronaldo Janssen Junior
Secretário Municipal de Turismo e Eventos

Datado e assinado digitalmente via SIPE.

Itajaí/SC, 18 de novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **WILSON DE ALMEIDA PAULO**
Data: 23/12/2025 18:25:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>